



Balanço do Objetivo Global de Adaptação

Do Acordo de Paris ao
programa de trabalho
Glasgow-Sharm el-Sheikh

Emilie Beauchamp e Lilian Motaroki

Documento de trabalho

Abril 2022

**Alterações climáticas;
Monitorização, avaliação e aprendizagem**

Palavras-chave:
Adaptação às alterações climáticas, Acordo de Paris, negociações
sobre as alterações climáticas, monitorização e avaliação

Sobre os autores

Emilie Beauchamp é investigadora sénior na equipa de Monitorização, Avaliação e Aprendizagem do IIED, com enfoque no clima e nas avaliações

Autor correspondente: emilie.beauchamp@iied.org

Lilian Motaroki é investigadora no Grupo de Alterações Climáticas do IIED, com foco na adaptação e resiliência climática

Endereço de e-mail: lilian.motaroki@iied.org

Agradecimentos

Os autores agradecem aos especialistas em adaptação que forneceram as informações e ideias que subsidiaram a elaboração deste artigo.

Gostaríamos de agradecer aos seguintes colaboradores directos no conteúdo e produção do presente documento: Erin Roberts, Binyam Gebreyes, Clarisse Marsac and Katherine Shepherd.

Financiador do projecto: the UK Government's Foreign and Commonwealth Development Office

Produced by IIED's MEL team and Climate Change group

Este artigo foi produzido pela equipe de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL, na sigla em inglês) do IIED e pelo Grupo de Alterações Climáticas. A equipe de MEL trabalha com a sociedade civil, governos e indivíduos para fortalecer os sistemas de MEL que geram os tipos corretos de evidências, no momento adequado, para as pessoas certas. O Grupo de Alterações Climáticas trabalha com parceiros para ajudar a garantir a adoção de soluções justas e equitativas para as alterações climáticas, combinando o apoio adequado à adaptação por parte da população mais carente nos países de renda baixa e média com metas de mitigação ambiciosas e práticas. Essa colaboração visa atingir os seguintes objetivos:

- Apoiar os processos de planeamento público para produzir resultados de desenvolvimento resilientes ao clima para as populações mais afetadas pela pobreza
- Apoiar os negociadores de alterações climáticas de países pobres e vulneráveis na busca de soluções equitativas, equilibradas e multilaterais para as alterações climáticas
- Promover um nível de capacitação que permita a adoção de medidas efetivas para fazer frente às implicações das alterações na ecologia e na economia, de modo a estimular um desenvolvimento equitativo e resiliente ao clima nas terras áridas.

Publicado por IIED, Abril, 2022

Beauchamp, E & Motaroki, L (2022) Balanço do Objetivo Global de Adaptação: do Acordo de Paris ao programa de trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh. IIED, Londres.


<http://pubs.iied.org/pt-br/20876iied>

ISBN 978-1-78431-965-6

Impresso em papel reciclado com tintas de base vegetal.

International Institute for Environment and Development
Third Floor, 235 High Holborn, London, WC1V 7LE
Tel: +44 (0)20 3463 7399
email: info@iied.org
www.iied.org

 [@iied](https://twitter.com/iied)

 www.facebook.com/theIIED

Descarregar mais publicações em www.iied.org/pubs



IIED publications may be shared and republished in accordance with the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International Public License (CC BY-NC-ND 4.0). Under the terms

of this licence, anyone can copy, distribute and display the material, providing that they credit the original source and don't use it for commercial purposes or make derivatives. Different licences may apply to some illustrative elements, in which instance the licence will be displayed alongside. IIED is happy to discuss any aspect of further usage. Get more information via www.iied.org/Creative-Commons

IIED is a charity registered in England, Charity No.800066 and in Scotland, OSCR Reg No.SC039864 and a company limited by guarantee registered in England No.2188452

O Objetivo Global de Adaptação (GGA, na sigla em inglês) foi estabelecido em 2015 no âmbito do Acordo de Paris em resposta aos apelos dos países em desenvolvimento para ampliar as ações de adaptação. Muitas Partes esperavam que o trabalho decorrente do Acordo de Paris ajudasse a operacionalizar o GGA, mas o progresso foi lento até a COP26 em 2021, quando foi estabelecido o programa de trabalho Glasgow-Sharm el-Sheik (GlaSS) para o GGA. Este artigo descreve o que aconteceu desde então e propõe questões-chave para as Partes refletirem, inclusive para alavancar o GlaSS a fim de aprimorar as ações de adaptação a nível regional, nacional, subnacional e local.

Conteúdos

Acrônimos	4	A avaliação global periódica (GST) como ferramenta para avaliar o progresso na implementação do GGA	17
Resumo	5		
Progresso lento na consecução do GGA	5		
O GGA no âmbito do programa de trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh	5		
Desenvolvimento de uma visão para o GlaSS e o GGA	5		
1 Introdução	7		
2 Antecedentes: origens e definições do GGA	9		
Pré-2015: propostas e ideias que moldaram o GGA no Acordo de Paris	9		
O GGA no Acordo de Paris	11		
3 2015-2021: progresso lento nos mandatos relevantes para o GGA	13		
Desenvolvimento de metodologias para as diferentes dimensões da adaptação	13		
O trabalho sobre as abordagens para avaliar o progresso na consecução do GGA	14		
O trabalho no âmbito das comunicações e relatórios de adaptação	15		
		A avaliação global periódica (GST) como ferramenta para avaliar o progresso na implementação do GGA	17
		4 O GGA no âmbito do programa de trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh	18
		5 Reflexões para as Partes: como garantir o sucesso do GlaSS e do GGA	21
		Formas de trabalho e inclusão	23
		Atividades e coerência	24
		Temas e prioridades	25
		6 Conclusão	27
		Referências	28
		Leituras relacionadas	30
		Anexos	31
		Anexo 1: Recomendações do Comité de Adaptação	31
		Anexo 2: Perguntas norteadoras sobre adaptação para a fase de avaliação técnica da primeira GST	33

Acrônimos

AC	Comité de Adaptação
AdComms	Comunicações de Adaptação
ADP	Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre a Plataforma de Durban para a Ação Reforçada
AGN	Grupo Africano de Negociadores
AILAC	Associação Independente da América Latina e Caribe
BTR	Relatórios de Transparência Bienais
CMA	Reunião das Partes do Acordo de Paris
GGA	Objetivo Global de Adaptação
GlaSS	Glasgow-Sharm el-Sheik
GST	Avaliação Global Periódica
IIED	Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
NDC	Contribuições determinadas a nível nacional
INDC	Contribuições previstas determinadas a nível nacional
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas
LEG	Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos
MEL	Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem
PNA	Planos Nacionais de Adaptação
NWP	Programa de trabalho de Nairóbi
OSE	Órgão Subsidiário para Implementação
SBSTA	Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Técnico
SCF	Comité Permanente de Finanças
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas

Resumo

Antes do estabelecimento do Acordo de Paris, os países em desenvolvimento enfatizaram a necessidade de intensificar o foco no aprimoramento das ações de adaptação e abordar a adaptação “em paridade” com a mitigação ou a redução de emissões. Algumas Partes até argumentaram que o novo acordo não seria justo sem uma ênfase significativa na adaptação. Como resultado, o Acordo de Paris estabeleceu o Objetivo Global de Adaptação (GGA) visando aumentar a capacidade adaptativa, reforçar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas.

O GGA foi acompanhado por várias outras disposições para a ampliação do trabalho de adaptação, e um conjunto de tarefas foi atribuído aos órgãos constituídos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), mas não houve diretrizes específicas para a operacionalização do GGA. Isso se deveu, em parte, às complexidades metodológicas e políticas de estabelecer um objetivo global que capturasse as realidades multifacetadas e altamente contextuais da adaptação em todo o mundo.

Progresso lento na consecução do GGA

Na decisão que estabeleceu o Acordo de Paris, decisão 1/CP.21, as Partes atribuíram cinco mandatos – ou tarefas – ao Comitê de Adaptação (AC, na sigla em inglês), ao Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG, na sigla em inglês) e ao Comitê Permanente de Finanças (SCF, na sigla em inglês) (UNFCCC, 2016a). Algumas Partes e grupos acreditavam que esses mandatos teriam um papel a desempenhar na operacionalização do GGA, mas o progresso em alguns dos mandatos tem sido lento e os vários trabalhos de adaptação realizados sob a égide da UNFCCC, embora complementares, têm sido realizados de forma isolada.

O GGA no âmbito do programa de trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh

Seis anos após a criação do GGA, as Partes lançaram o GlaSS durante a COP26 em 2021 para continuar a trabalhar no GGA (UNFCCC, 2022b). O GlaSS tem oito objetivos abrangentes para operacionalizar o GGA e aprimorar as ações de adaptação a nível nacional, reconhecendo a orientação de cada país. O programa de trabalho durará (pelo menos inicialmente) dois anos, começando com as apresentações das Partes em abril de 2022 sobre o que gostariam de discutir – e como – a fim de avançar na implementação do GGA.

Desenvolvimento de uma visão para o GlaSS e o GGA

O estabelecimento do GlaSS foi um resultado positivo da COP26 e um avanço significativo para que o GGA deixasse de ser unicamente um objetivo de alto nível estabelecido no Acordo de Paris e se transformasse em ações concretas. Embora existam áreas de consenso crescente sobre o GGA, as expectativas para o GlaSS podem variar significativamente entre as Partes e grupos.

Ao refletirem sobre o GlaSS, as Partes podem agora começar a desenvolver sua própria visão – que, por sua vez, deverá gerar uma visão coletiva – sobre os resultados esperados do GlaSS e o que desejam para o GGA. É essencial que as Partes e grupos articulem suas expectativas em relação ao GlaSS, incluindo seu processo, temas, prioridades e como incluir outros órgãos e atores, tanto dentro como fora da UNFCCC. As Partes precisarão refletir sobre suas necessidades e prioridades, com base em suas circunstâncias nacionais, e sobre como o GlaSS pode ser utilizado para aprimorar as ações de adaptação em seus países, regiões e comunidades. Nesse processo, as Partes devem considerar questões-chave sobre i) formas de trabalho e inclusão, ii) atividades-chave e coerência, e iii) temas de trabalho e prioridades.

As propostas das Partes sobre como o GlaSS deve atingir seus oito objetivos orientarão o trabalho em prol do GGA nos próximos dois anos, mas isso é apenas o começo. O GlaSS deve ser visto como um catalisador e um espaço no qual as Partes podem ganhar impulso para abordar as questões de adaptação em suas próprias jurisdições. Em última análise, a forma pela qual os países alavancarão as atividades e processos do GlaSS e o apoio fornecido à adaptação para conduzir seus próprios processos locais, nacionais e regionais de adaptação definirá o sucesso do programa e do GGA.

1

Introdução

Há um consenso internacional sobre a necessidade de intensificar as ações climáticas. Cada vez mais, a crise climática tem gerado impactos irreversíveis nos sistemas naturais e humanos e, embora pouco contribuam para as emissões globais, os países, regiões e pessoas mais vulneráveis são afetados desproporcionalmente (IPCC, 2022). Estabelecida em 1992, a UNFCCC concentrou sua atenção principalmente na mitigação em seus primeiros anos, até que as demandas dos países em desenvolvimento por mais foco e apoio à adaptação aos impactos das alterações climáticas começaram a ser atendidas no início dos anos 2000.

Uma demanda crucial dos países em desenvolvimento ao negociar o Acordo de Paris, estabelecida na 21ª Conferência das Partes (COP, na sigla em inglês) em 2015, era que as Partes abordassem a adaptação “em paridade” com a mitigação e que as ações de adaptação fossem ampliadas. Como resultado, a necessidade de aumentar a visibilidade e o apoio à adaptação foi incorporada ao Acordo. Juntamente com os objetivos de longo prazo estabelecidos no Artigo 2, o Acordo de Paris reconhece que a adaptação constitui um desafio global, com dimensões locais, subnacionais, nacionais, regionais e internacionais, e estabelece o GGA para “ampliar a capacidade adaptativa, reforçar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas” (UNFCCC, 2016a).¹ As Partes também estabeleceram uma avaliação global periódica (GST, na sigla em inglês) no Artigo 14 do Acordo de Paris para avaliar o progresso coletivo na consecução de seus objetivos de longo prazo, entre os quais o GGA.

Embora os países em desenvolvimento tenham considerado o GGA um sucesso em 2015, não havia uma definição clara sobre os próximos passos para sua operacionalização nos anos subsequentes. Isso se deveu, em parte, às complexidades metodológicas e políticas de formular um objetivo global que capturasse as realidades multifacetadas e altamente contextuais da adaptação em todo o mundo. Antes da COP25, realizada em Madrid no final de 2019, os países em desenvolvimento – especialmente o Grupo Africano de Negociadores (AGN, na sigla em inglês) – pediram a inclusão do GGA como um item da agenda da Conferência das Partes servindo de Reunião das Partes ao abrigo do Acordo de Paris (CMA), o órgão que orienta a implementação do Acordo de Paris. As partes não estabeleceram o item da agenda sobre o GGA na COP25. A demanda dos países em desenvolvimento reativou as discussões sobre o GGA, reforçando a solicitação para que o AC desenvolvesse um documento técnico (AC, 2021a) sobre as abordagens utilizadas para avaliar o progresso geral na consecução do GGA (UNFCCC, 2020).² Isso levou a discussões formais e informais ao longo de 2020 e 2021 sobre como colocar o GGA em prática. Na COP26, realizada em Glasgow no final de 2021, foi estabelecido o GlaSS para o GGA, visando alcançar oito objetivos abrangentes (UNFCCC, 2022b).³ O programa de trabalho será realizado nos próximos dois anos, começando com as apresentações das Partes em abril de 2022 sobre o que gostariam de discutir e como avançar na implementação do GGA.

1 Artigo 7.2 do Acordo de Paris.

2 Parágrafo 14 da Decisão 1/CMA.2.

3 Parágrafo 7 da Decisão 7/CMA.3.

Nesse contexto, este artigo tem por objetivo fazer um balanço da evolução histórica do GGA, fornecendo uma base e um marco referencial para as discussões realizadas no âmbito do GlaSS. Revisamos as origens e desdobramentos do GGA desde 2015 até o estabelecimento do GlaSS na COP26. Em seguida, apresentamos um resumo analítico dos pontos de consenso emergentes, juntamente com as questões remanescentes a serem consideradas pelas Partes e outros interessados ao se prepararem e participarem do GlaSS. Este trabalho tem como principal público-alvo as Partes e grupos relacionados à UNFCCC, mas

também é voltado para profissionais de adaptação, pesquisadores e tomadores de decisões que não conhecem a linguagem e os processos da UNFCCC. Acreditamos que melhorar o acesso às informações sobre o GGA é fundamental para ampliar a adaptação a nível mundial a fim de garantir o sucesso do GlaSS e, em última análise, cumprir os objetivos do GGA. Este artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica e em entrevistas com vários especialistas em adaptação que estão a acompanhar as ações de adaptação desenvolvidas no âmbito da UNFCCC.

2

Antecedentes: origens e definições do GGA

Nos anos decorridos entre o estabelecimento do GGA em 2015 e do programa GlaSS em 2021, pouco foi feito para estabelecer como o GGA deveria ser implementado na prática. Essa lacuna se deve a fatores políticos e metodológicos, com vários desafios que remontam ao fato de que o GGA foi estabelecido inicialmente como um compromisso político. A próxima seção descreverá os acontecimentos antes de 2015 que levaram ao estabelecimento do GGA.

Pré-2015: propostas e ideias que moldaram o GGA no Acordo de Paris

Conforme descrito acima, elevar o reconhecimento da adaptação como um objetivo “em paridade” com a mitigação foi uma demanda fundamental dos países em desenvolvimento nas negociações que levaram ao Acordo de Paris. A ênfase na adaptação foi motivada pelas necessidades locais de países em desenvolvimento vulneráveis e pelos níveis de aquecimento médio global projetados, inclusive no Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), lançado em 2014 (IPCC, 2014). Sem um foco significativo na adaptação, alguns argumentaram que muitos grupos e Partes da UNFCCC não veriam o Acordo de Paris como um instrumento justo (Ngwadla et al., 2014). Na COP20, realizada no final de 2014, as Partes concordaram em

dispensar tratamento igual a todos os elementos do novo acordo, assumindo o compromisso de abordar a mitigação “em paridade” com a adaptação, o que havia sido uma das principais demandas dos países em desenvolvimento (UNFCCC, 2015).⁴

Os países em desenvolvimento finalmente defenderam o GGA na preparação para a COP21 em 2015, sob a égide do grupo de negociação G77 e a China, incluindo 134 países em desenvolvimento. Entre os países em desenvolvimento, os principais defensores do GGA incluíram os estados do AGN e da Associação Independente da América Latina e Caribe (AILAC).

O AGN foi o primeiro grupo a articular a expectativa de que o objetivo de adaptação fosse definido no novo acordo por meio de sua apresentação em 2013 (AGN, 2013) ao Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre a Plataforma de Durban para a Ação Reforçada (ADP, na sigla em inglês), o órgão sob cuja égide o Acordo de Paris foi negociado (AGN, 2013). O AGN estabeleceu uma visão segundo a qual o GGA integraria a meta de temperatura global como um objetivo de longo prazo no novo acordo. Ambas as metas ajudariam a melhorar a compreensão dos objetivos associados em termos de finanças e tecnologia que também deveriam ser incluídos no novo acordo. Em 2015, o AGN produziu um documento expondo claramente sua proposta para um GGA, com dimensões qualitativas e quantitativas capturadas em cinco fluxos de trabalho principais (El-Bakri et al., 2015).

4 Parágrafo 2 da Decisão 1/CP.20.

Antes de Paris, o AGN propôs que o GGA fosse composto por cinco dimensões ou subobjetivos, que juntos ofereceriam um panorama representativo, primeiro, do status das ações de adaptação a nível mundial e, segundo, da escala das ações necessárias para abordar adequadamente a adaptação:

1. Planeamento nacional da adaptação como um objetivo coletivo e global, para que todas as nações assumam a responsabilidade de assegurar que os países em desenvolvimento possam desenvolver e implementar Planos Nacionais de Adaptação (NAPs, na sigla em inglês).
2. Comunicação das necessidades de adaptação pelos países em desenvolvimento e da prestação de apoio pelos países desenvolvidos.
3. Reconhecimento dos esforços de adaptação dos países em desenvolvimento com base nas informações fornecidas nas contribuições previstas determinadas a nível nacional (INDCs, na sigla em inglês), que seriam capturadas como contribuições para o cumprimento dos compromissos no âmbito da UNFCCC.
4. Acompanhamento do progresso na consecução dos compromissos de apoio e de realização de ações de adaptação, por meio de avaliações *ex ante* do apoio comprometido pelos países desenvolvidos e de uma avaliação *ex post* da adequação das ações de adaptação para o alcance do GGA no ciclo anterior.
5. Garantia de equidade, com base no reconhecimento de que os países em desenvolvimento são menos responsáveis e desproporcionalmente afetados pelos impactos das alterações climáticas, atendendo às suas necessidades de forma adequada e baseando-se nos princípios de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e nas respectivas capacidades (Ibid).

Em uma de suas apresentações (AILAC, 2014) ao ADP às vésperas da COP21 em 2015, a AILAC, com o México e a República Dominicana, também enfatizou a necessidade de ampliar a adaptação e garantir o equilíbrio entre o tratamento da mitigação e da adaptação no novo acordo (AILAC et al., 2014). Em sua opinião, as ações de adaptação exigem mudanças significativas de processos e estruturas a nível local, nacional e global; eles propuseram “um objetivo global de adaptação que oriente a comunidade global em sua aspiração coletiva de garantir um planeta resiliente” (Ibid). Isso incluiria uma noção de como as ações de adaptação individuais (ou nacionais) contribuíram para esse objetivo coletivo e global. Salientaram também que a interconectividade e a resiliência das sociedades, ecossistemas e economias são um “interesse global comum”.

Embora houvesse nuances nas posições dos países em desenvolvimento, o G77 e a China finalmente defenderam um GGA com elementos qualitativos e quantitativos e propuseram a inserção de várias outras disposições sobre adaptação no acordo. Cabe observar que a maioria das outras Partes e grupos – se não todos – também apoiaram o objetivo de intensificar o foco na adaptação no novo acordo. As apresentações de várias Partes e grupos de países em desenvolvimento destacaram a necessidade de apoio para ampliar as ações de adaptação. Em sua apresentação ao ADP, o Grupo de Países Menos Desenvolvidos (LDC, na sigla em inglês) enfatizou a importância de garantir um apoio efeito à adaptação, levando em conta o nível esperado de redução das emissões e o nível associado de aumento de temperatura projetado (Nepal, 2014). Outros países, como a Coreia do Sul, defenderam a ideia de uma meta de adaptação em suas contribuições ao novo acordo em 2014 (El-Bakri et al., 2015; Kreft e Jungans, 2015). Em suas apresentações ao ADP, a União Europeia sustentou que o novo acordo deveria reconhecer a importância da adaptação. Ressalta-se que muitas das contribuições originais ao ADP não estão mais disponíveis no site da UNFCCC e que as informações são provenientes de documentos que resumem essas manifestações.

Antes da COP21 em 2015, alguns atores da sociedade civil também sugeriram um caminho a seguir para a implementação do GGA proposto. O Center for Climate and Energy Solutions elaborou um resumo sobre como abordar a adaptação no novo acordo (Suarez e Huang, 2015). Os autores propuseram algumas questões-chave a serem consideradas pelas Partes para estabelecer uma visão ou meta de adaptação alinhada ao objetivo final da UNFCCC, o que inclui garantir que as ações e o apoio à adaptação estejam alinhados às ambições globais de mitigação e sejam compatíveis com o objetivo de limitar a menos de 2°C o aumento da temperatura média global.

Em um resumo publicado em meados de 2015, pesquisadores do Institute for Sustainable Development and International Relations sustentaram que um GGA estabelecido no âmbito do Acordo de Paris deveria incluir uma estrutura para monitorar o progresso, compartilhar experiências e desenvolver um entendimento coletivo da adaptação e das ferramentas que podem ser usadas para capturar tanto os esforços de adaptação como as limitações (Magnan et al., 2015).

Pesquisadores do International Institute for Environment and Development propuseram que um GGA deveria permitir e refletir diferentes circunstâncias nacionais (Craft e Fisher, 2015). Os autores argumentaram que a mensuração das mudanças na vulnerabilidade e na resiliência depende do contexto nacional, de modo

que não faria sentido usar uma única métrica global. Enfatizaram ainda que, se um GGA fosse incorporado ao novo acordo, seria fundamental não onerar os países em desenvolvimento mais vulneráveis.

O GGA no Acordo de Paris

O GGA estabelecido no Acordo de Paris apresenta uma visão coletiva de um planeta resiliente, incorporando elementos das propostas da AILAC e do AGN. A Decisão 1/CP.21 (UNFCCC 2016a), que acompanhou o Acordo de Paris, incluiu muitos elementos relevantes para a visão do AGN sobre o GGA como um objetivo qualitativo e quantitativo. O Artigo 7 do Acordo de Paris captura muitos dos elementos relevantes para o GGA – e para a adaptação de forma mais ampla. Mais especificamente, **o Artigo 7.1 define o GGA da seguinte maneira:**

“As Partes estabelecem o objetivo global para a adaptação, que consiste em aumentar a capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável e a assegurar uma resposta de adaptação adequada no contexto da meta de temperatura a que se refere o Artigo 2º.”

Uma menção adicional ao GGA como uma das quatro dimensões de adaptação que a GST deverá levar em consideração é incluída no **Artigo 7.14:**

“A avaliação global prevista no Artigo 14, deve, inter alia: Reconhecer os esforços de adaptação das Partes países em desenvolvimento; (b) Fortalecer a implementação de medidas de adaptação, levando em conta a comunicação sobre adaptação a que se refere o parágrafo 10 deste Artigo; (c) Avaliar a adequação e eficácia da adaptação e do apoio prestado para adaptação; e (d) Avaliar o progresso geral obtido na consecução do objetivo global de adaptação a que se refere o parágrafo 1º deste Artigo.”

A linguagem utilizada no texto que define o GGA reflete algumas das propostas originais. No entanto, variações resultantes de compromissos de negociação deixaram o GGA aberto a interpretações e necessitando de esclarecimentos. Muitas questões ficaram sem resposta, com aspectos metodológicos subordinados a agendas políticas e às respectivas capacidades dos países. Essas questões incluem, entre outras, a comunicação e a produção de relatórios sobre adaptação para avaliar o progresso na implementação do GGA.

Outros artigos do Acordo de Paris contribuem com elementos e princípios relevantes relacionados a questões de adaptação. Por exemplo, o Artigo 7.2

reconhece que a adaptação constitui um desafio global, embora com dimensões locais, subnacionais, nacionais, regionais e internacionais. O Acordo de Paris também reconhece, no Artigo 7.5, que as ações de adaptação devem ser adequadas ao país, sensíveis ao gênero, participativas e totalmente transparentes, além de levar em consideração grupos, comunidades e ecossistemas vulneráveis. As ações de adaptação devem ser baseadas e guiadas pelo melhor conhecimento científico disponível e pelos conhecimentos tradicionais e indígenas. Quando apropriado, a adaptação deve ser integrada às políticas, planos e ações relevantes. O Artigo 7.6 reconhece a importância do apoio à adaptação e da consideração das necessidades dos países em desenvolvimento. Com base no Artigo 7 (que se concentra na adaptação), as Partes concordaram no Artigo 9.3 que os países desenvolvidos devem continuar a liderar a mobilização de financiamento climático, levando em consideração as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento. Outros elementos do Artigo 9 (que aborda os aspectos financeiros) também são relevantes para o GGA, juntamente com os artigos 2 (sobre a finalidade), 13 (sobre transparência) e 14 (sobre a GST).

Além disso, a decisão 1/CP.21 (UNFCCC, 2016a), que estabeleceu o Acordo de Paris, incluiu mandatos para promover avanços nas principais áreas metodológicas, institucionais e financeiras relacionadas à adaptação no sentido de cumprir os objetivos de longo prazo do acordo. Esses mandatos, concedidos ao AC (o principal órgão de adaptação da UNFCCC), ao LEG e ao SCF, abrangeram as seguintes atribuições:

(1) Solicita ao Comitê de Adaptação e ao Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos que elaborem conjuntamente modalidades com vistas a reconhecer os esforços de adaptação dos países em desenvolvimento, conforme o disposto no Artigo 7.3, e formulem recomendações para que a Conferência das Partes servindo de Reunião das Partes ao abrigo do Acordo de Paris a examinem e aprovem durante a sua primeira sessão (parágrafo 41);

Solicita ao Comitê de Adaptação, levando em conta seu mandato e seu segundo plano de trabalho trienal, e com vistas a formular recomendações para que a Conferência das Partes servindo de Reunião das Partes ao abrigo do Acordo de Paris a examinem e aprovem durante a sua primeira sessão, que:

(2) Examine o trabalho dos arranjos institucionais da Convenção relacionados à adaptação com vistas a identificar formas de aumentar a coerência do referido trabalho, quando pertinente, para responder adequadamente às necessidades das Partes; e

(3) Estude metodologias para avaliar as necessidades de adaptação com vistas a prestar assistência aos países em desenvolvimento, sem impor-lhes um ônus indevido (parágrafo 42).

Solicita ao Comité de Adaptação e ao Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos que, em colaboração com o Comité Permanente de Finanças e outras instituições relevantes, elaborem metodologias e formulem recomendações, que serão submetidas ao exame e à aprovação da Conferência das Partes servindo de Reunião das Partes ao abrigo do Acordo de Paris, sobre:

(4) A adoção das medidas necessárias para facilitar a mobilização de apoio para a adaptação nos países em desenvolvimento no contexto do limite do aumento da temperatura média global mencionado no Artigo 2 do Acordo; e

(5) A avaliação da adequação e eficácia da adaptação e do apoio prestado, conforme previsto no Artigo 7, parágrafo 14c do Acordo (parágrafo 45).

3

2015-2021: progresso lento nos mandatos relevantes para o GGA

Apesar do estabelecimento do GGA e dos principais mandatos para promover o trabalho de adaptação no âmbito da UNFCCC, o progresso do GGA em si foi relativamente lento até que as Partes concordassem com a criação do GlASS na COP26. Mesmo assim, o AC, o LEG e o SCF fizeram avanços em várias dimensões da adaptação, paralelamente a outros trabalhos de adaptação promovidos pela UNFCCC. Juntamente com as pesquisas e manifestações da sociedade civil, o trabalho realizado ajudou a moldar o pensamento sobre os elementos centrais do GGA até o momento.

Desenvolvimento de metodologias para as diferentes dimensões da adaptação

Reconhecimento dos esforços de adaptação dos países em desenvolvimento. Esse trabalho, que está a cargo do AC e do LEG desde 2016, engloba a elaboração, a cada dois anos, de relatórios de síntese sobre temas específicos de adaptação visando superar os desafios na avaliação do progresso da adaptação. O AC emitiu em 2018 o primeiro relatório de síntese, abordando como os países em desenvolvimento lidam com os riscos, as lições relevantes aprendidas e as boas práticas (AC, 2020). O segundo relatório elaborado sob esse mandato começou em 2021 e busca reconhecer os

esforços dos países em desenvolvimento na avaliação e no pagamento dos custos da adaptação. Esse relatório será publicado em 2022.

Além disso, a COP24, realizada em Katowice em 2018, fez progressos na definição de como as informações sobre o reconhecimento dos esforços de adaptação podem fluir em cada etapa da avaliação global (UNFCCC, 2019b).⁵ No entanto, ainda não está claro como o reconhecimento dos esforços de adaptação dos países em desenvolvimento será acompanhado e vinculado à adequação das ações e do apoio.

Facilitação da mobilização de apoio à adaptação nos países em desenvolvimento no contexto da meta de temperatura de longo prazo.

Foi feita uma solicitação ao AC e ao LEG para que, em colaboração com o SCF e outras instituições relevantes, desenvolvessem metodologias e fizessem recomendações à CMA sobre as medidas necessárias para facilitar a mobilização de apoio à adaptação nos países em desenvolvimento no contexto das metas globais estabelecidas no Artigo 2 do Acordo de Paris, que aborda a limitação do aumento da temperatura média global. Em 2017, o AC e o LEG formularam recomendações (AC e LEG, 2017) sobre esse mandato, juntamente com o mandato estabelecido no parágrafo 45 (AC e LEG, 2017). O relatório incluiu várias recomendações, como convidar os países em desenvolvimento a melhorar seus ambientes de

⁵ Decisão 19/CMA.1

facilitação e solicitar apoio para ajudar os países menos desenvolvidos e outros países em desenvolvimento a fazê-lo; instar os países desenvolvidos a ampliar seu apoio à adaptação; e convidar as Partes a explorar meios de simplificar e acelerar o acesso ao apoio por parte dos países em desenvolvimento (Ibid).

Avaliação da adequação e eficácia. Em comparação com as outras tarefas decorrentes da decisão 1/CP.21, o mandato sobre a avaliação da adequação e eficácia da adaptação e do apoio ainda não está bem desenvolvido. A partir de revisões bibliográficas e contribuições, o AC e o LEG produziram uma compilação das metodologias existentes que podem ser usadas para avaliar a adequação e a eficácia da adaptação (AC e LEG, 2021). O resultado é compartilhado no Portal de Conhecimentos sobre Adaptação.⁶ A compilação distingue as metodologias de adaptação e de apoio e enumera os tipos de informações para avaliar tanto a eficácia como a adequação. As metodologias para avaliar a eficácia são particularmente relevantes para os países ao desenvolver sistemas de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL, na sigla em inglês), sobretudo para avaliar o apoio que os países desenvolvidos prestam para satisfazer as necessidades dos países em desenvolvimento. As metodologias de avaliação da adequação são especialmente úteis para os países durante as fases de planejamento e implementação da adaptação.

Avaliação das necessidades de adaptação para ajudar os países em desenvolvimento. De maneira semelhante ao trabalho sobre a avaliação da adequação e eficácia, o AC, o LEG e o programa de trabalho de Nairóbi (NWP) trabalharam principalmente no desenvolvimento de um inventário de metodologias relevantes para avaliar as necessidades de adaptação até junho de 2020. As Partes, observadores e organizações externas foram convidados a compartilhar e contribuir com metodologias para avaliar temas relacionados às necessidades de adaptação em termos de ações, financiamento, capacitação e apoio tecnológico. Essas metodologias também estão disponíveis no Portal de Conhecimentos sobre Adaptação. Como próximo passo, o AC, em colaboração com o IPCC, deverá elaborar um documento técnico baseado nas metodologias, destacando também lacunas, boas práticas, lições aprendidas e diretrizes. Uma minuta preliminar elaborada pelo Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Técnico (SBSTA, na sigla em inglês) será concluída em novembro de 2022.

O SCF também tem trabalhado em aspectos semelhantes, incluindo o Projeto de Financiamento Baseado em Necessidades, o relatório sobre a determinação das necessidades das Partes países em

desenvolvimento (SCF, 2021a) e a Quarta Avaliação Bienal e Visão Geral dos Fluxos de Financiamento Climático (SCF, 2021a; SCF, 2021b). Esse trabalho coletivo concentra-se tanto nas necessidades como nos fluxos financeiros.

Sistemas de monitoramento e avaliação a nível nacional e subnacional. O apoio aos sistemas de MEL faz parte do trabalho do AC há muito tempo, inclusive por meio de sua parceria com o NWP e sua rede de parceiros. Por exemplo, o NWP preparou um inventário do trabalho em andamento sobre formas de monitoramento e avaliação da adaptação, destacando os desafios práticos emergentes a nível nacional – incluindo discussões limitadas na literatura sobre avaliação de impacto – que aumentam a dificuldade do uso de indicadores para o monitoramento do sucesso das ações de adaptação (UNFCCC, 2016b). De acordo com seu plano de trabalho para 2022-2024, o AC deverá elaborar um documento técnico com estudos de caso sobre o desenvolvimento e aplicação de sistemas de MEL a nível nacional e subnacional. Isso incluirá a análise do valor dos sistemas de monitoramento e avaliação, das barreiras existentes e das oportunidades para superá-las.

Na COP24, realizada em 2018, o resultado do trabalho desenvolvido nos cinco mandatos foi examinado mais a fundo no contexto da implementação do Acordo de Paris, durante as discussões sobre o Livro de Regras de Paris (UNFCCC, 2019a). Apesar dos apelos dos países em desenvolvimento e das repetidas tentativas de ampliar a ênfase na adaptação nas negociações realizadas no âmbito da UNFCCC, o progresso nos mandatos relativos à adaptação tem sido lento. Isso provavelmente ocorre porque as questões relacionadas aos mandatos são altamente políticas. Essa também é provavelmente a razão pela qual o GGA, na forma como é inscrito no Acordo de Paris, seja um compromisso político. Muitos grupos de países em desenvolvimento, Partes e organizações da sociedade civil esperavam que os mandatos ajudassem a operacionalizar o GGA (El-Bakri et al., 2015; Ngwadla e El-Bakri, 2016; Singh et al., 2016). No entanto, conforme descrito acima, a complexa natureza política e metodológica das discussões retardou o progresso.

O trabalho sobre as abordagens para avaliar o progresso na consecução do GGA

Na COP25, realizada em 2019, o AC recebeu um mandato específico da CMA para revisar as abordagens de avaliação dos avanços na implementação do GGA e publicar suas conclusões em seu relatório de 2021

⁶ <https://www4.unfccc.int/sites/nwpstaging>

(UNFCCC, 2020).⁷ Esse trabalho foi fundamental para o avanço das discussões em torno do GGA, principalmente devido às divergências sobre o potencial de agregação de informações na GST para avaliar o progresso em relação ao GGA (AC, 2021c). O GGA visa estimular a adoção de ações coletivas sobre a adaptação climática, mas as Partes ainda não chegaram a um consenso quanto à forma de mensurar as ações de adaptação. Esse é um impasse que o GlaSS pode contribuir para dirimir, conforme será explorado mais adiante.

O documento técnico resultante (UNFCCC, 2021) indicou vários desafios importantes em diversas áreas. Esses desafios tinham caráter:

- Metodológico (como linhas de base variáveis, incertezas sobre os riscos climáticos e agregação em diferentes escalas e contextos)
- Empírico (no contexto da carência de dados e informações)
- Conceitual (em termos da falta de acordo sobre a adaptação) (Ibid).

O relatório constatou também que é preciso determinar pontos de equilíbrio no desenvolvimento de critérios para avaliar o progresso da adaptação, como, por exemplo, entre a agregação e o respeito aos contextos nacionais, bem como entre agregação e viabilidade. As abordagens de avaliação do progresso devem contribuir para avaliar os avanços coletivos e subsidiar a atualização e o reforço das ações a nível nacional (Beauchamp et al., 2021; Wilkinson et al., 2021). A tarefa de encontrar um equilíbrio entre esses dois objetivos é ao mesmo tempo crucial e desafiadora, sendo necessário também garantir que não haja ônus adicional para os países em desenvolvimento. Esse é um desafio intrínseco tanto ao GGA como à GST.

O relatório técnico aborda os desafios e métodos para a disponibilização de informações sobre o GGA. O CA também emitiu recomendações importantes sobre o GGA em seu relatório de 2021 para as Partes antes da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2021 em Glasgow (COP26) (ver o Quadro 1).

O trabalho no âmbito das comunicações e relatórios de adaptação

Outras áreas relevantes do trabalho sobre adaptação no âmbito da UNFCCC dizem respeito à evolução das estruturas de comunicações, planejamento e geração de relatórios para implementar e avaliar o

progresso na consecução das metas do Acordo de Paris. Estes são aspectos importantes no âmbito do GGA, visto que representam os formatos e processos já estabelecidos e acordados com base nos quais os países podem comunicar e relatar informações-chave – ou pelo menos aquelas disponíveis – sobre elementos relevantes dos aspectos da adaptação priorizados a nível nacional, podendo, portanto, ser instrumentos para o fornecimento de informações sobre o GGA.

O Acordo de Paris exige que os países elaborem e apresentem um plano climático nacional – chamado de Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDCs, na sigla em inglês)⁸ – a cada cinco anos. O Acordo de Paris introduziu a Estrutura de Transparência Aprimorada para acompanhar o progresso tanto da mitigação como da adaptação (com disposições para incluir informações sobre perdas e danos). Embora as informações sobre adaptação possam ser incluídas nas NDCs, tornou-se necessário avaliar outros instrumentos para comunicar as prioridades de adaptação e relatar seu progresso, exigindo novos processos e formatos. O Acordo de Paris introduziu os Relatórios Bienais de Transparência como instrumentos para relatar (retrospectivamente) e as comunicações de adaptação como instrumentos para comunicar (prospectivamente) informações relevantes sobre a adaptação (UNFCCC, 2016a). Isso inclui informações sobre boas práticas, prioridades, necessidades e lacunas para subsidiar a GST.

Relatórios Bienais de Transparência. No Acordo de Paris, as Partes determinaram que todas apresentariam dados a cada dois anos, incluindo informações sobre ações e apoio relevantes para a implementação da Estrutura de Transparência Aprimorada. Na COP24, realizada em 2018, as modalidades, procedimentos e diretrizes para os Relatórios Bienais de Transparência foram determinados e as informações a serem fornecidas foram elaboradas mais detalhadamente (UNFCCC, 2019b). Ficou estabelecido que, além de informações sobre mitigação, cada Parte deveria fornecer informações sobre os impactos e a adaptação às alterações climáticas, nos termos do Artigo 7.⁹ Também foi estipulado que os países desenvolvidos deveriam fornecer informações sobre o apoio prestado aos países em desenvolvimento e estes, por sua vez, deveriam fornecer informações sobre o apoio necessário. Todas as Partes devem enviar BTRs até 2024, com a ressalva de que os países menos desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês) podem enviar BTRs a seu critério.

Comunicações de adaptação. Uma comunicação de adaptação (AdComm) consiste em um relatório elaborado pelos países que sintetiza e compartilha

⁷ Parágrafo 14 da Decisão 1/CMA.2.

⁸ <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/nationally-determined-contributions-ndcs/nationally-determined-contributions-ndcs>

⁹ Decisão 18/CMA.1.

suas prioridades, ações, necessidades e lições aprendidas na adaptação às alterações climáticas. Diferentemente de outros instrumentos, uma comunicação de adaptação pode ser um instrumento separado e independente ou pode ser incluída como parte de outros instrumentos de relato, como NDCs,

Comunicações Nacionais ou NAPs (UNFCCC, 2019a). Na COP24, foram fornecidas mais orientações sobre as comunicações de adaptação, incluindo sua finalidade, possíveis instrumentos e elementos que podem ser incluídos como parte de outro instrumento ou em um instrumento independente (Ibid). Nesse sentido, a

QUADRO 1: RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO DE 2021 DO AC SOBRE ABORDAGENS PARA AVALIAR O PROGRESSO DO GGA

Antes da COP26 em 2021, o AC incluiu um conjunto de 22 recomendações resultantes de seu trabalho de análise das abordagens para avaliar o progresso na consecução do GGA (AC, 2021c). Incluímos abaixo os pontos principais:

- (a) O documento aponta vários desafios metodológicos, empíricos, conceituais e políticos ao considerar as abordagens de avaliação do GGA; é necessário aumentar a compreensão das metodologias existentes, das lacunas conceituais e de dados e dos pontos de equilíbrio. O progresso do GGA deve ser orientado pelo melhor conhecimento científico disponível e contar com o envolvimento do Grupo de Trabalho II do IPCC e outros órgãos internacionais, conforme apropriado.
- (b) As abordagens escolhidas deverão ser capazes de gerenciar vários pontos de equilíbrio, como aqueles que opõem a agregação de dados ou métricas e a flexibilidade de contextualização de acordo com as circunstâncias nacionais, ou a viabilidade de aplicação das abordagens e a agregabilidade e robustez das métricas (por exemplo, a capacidade de realizar avaliações longitudinais).
- (c) As abordagens deverão satisfazer o duplo propósito de informar o progresso coletivo – por exemplo, por meio da avaliação global periódica – e, ao mesmo tempo, informar e impulsionar as ambições e ações a nível nacional.
- (d) Qualquer abordagem exigirá que os países utilizem como base os sistemas de MEL existentes a nível subnacional e/ou nacional, de forma adequada ao seu contexto nacional.
- (e) Os países precisarão fortalecer suas comunicações e relatórios sobre ações de adaptação para que a avaliação do progresso global produza uma imagem realista da situação. Relatórios Bienais de Transparência (BTRs, na sigla em inglês) e Comunicações de Adaptação (AdComms), entre outros instrumentos, poderão ser usados para esse fim.
- (f) O progresso do GGA poderá ser avaliado por meio da combinação de várias abordagens, o que tende a gerar uma imagem mais holística do progresso da adaptação e ajuda a equilibrar os pontos fortes e fracos de diferentes abordagens.
- (g) O uso de uma “cesta de abordagens” para o GGA pode ajudar a esclarecer os desafios, limitações e vantagens de cada abordagem.
- (h) Em seu relatório de síntese sobre o panorama dos esforços de adaptação, o secretariado poderia incluir experiências e prioridades, juntamente com informações sobre os esforços das Partes em prol da consecução do GGA.

O relatório do AC também incentiva as Partes a:

Preparar e enviar comunicações de adaptação como uma ferramenta fundamental para subsidiar o GGA e a GST (i)

Elaborar e enviar Planos Nacionais de Adaptação, relatórios e comunicações regularmente em apoio ao GGA e à GST (j)

Desenvolver e implementar sistemas de MEL nacionalmente adequados para melhorar o planejamento, a implementação e a produção de relatórios (k).

Por fim, a recomendação do relatório do AC enfatiza que os países desenvolvidos devem aumentar seu financiamento e apoio à adaptação nos países em desenvolvimento para realizar as ambições do Acordo de Paris.

orientação suplementar do AC sobre comunicações de adaptação (AC, 2021b) fornece um guia para o envio dessa comunicação como um documento independente ou, alternativamente, onde (ou seja, em qual seção) diferentes tipos de informações sobre adaptação podem ser incluídos, bem como sobre as oportunidades e desafios do uso de instrumentos específicos. Como resultado da COP26, a decisão de cobertura solicita que todas as Partes enviem uma comunicação de adaptação antes da COP27, podendo incluir prioridades, necessidades de implementação e apoio, planos e ações. As comunicações de adaptação são voltadas para o futuro, comunicando prioridades e ações ainda a serem realizadas. Até a data da publicação deste documento, 43 países haviam enviado comunicações de adaptação como documentos independentes ou como parte de outros instrumentos de comunicação.¹⁰

A finalidade das comunicações de adaptação é garantir um equilíbrio entre mitigação e adaptação, aumentando a visibilidade e o perfil da adaptação, reforçando as ações e o apoio à adaptação nos países em desenvolvimento e fornecendo subsídios para a GST (UNFCCC, 2019b).¹¹ Para as comunicações de adaptação enviadas antes da COP24, tanto o AGN como a AILAC enfatizaram que sua finalidade deve estar claramente vinculada ao GGA (AGN, 2016; AILAC, 2016).

A avaliação global periódica (GST) como ferramenta para avaliar o progresso na implementação do GGA

A GST foi estabelecida no Acordo de Paris para fazer um balanço dos avanços em todas as esferas de sua implementação e avaliar o progresso coletivo na implementação das metas globais do Acordo (UNFCCC, 2016a).¹² A GST deve abranger quatro dimensões inter-relacionadas da adaptação, conforme estabelecido no Artigo 7.14 do Acordo de Paris:

- Reconhecer os esforços de adaptação dos países em desenvolvimento
- Melhorar a implementação das ações de adaptação
- Avaliar a adequação e a eficácia da adaptação e do apoio à adaptação, e
- Avaliar o progresso obtido na consecução do GGA.

O objetivo da GST é avaliar o progresso e entender onde as ambições precisam ser ampliadas para que seja possível alcançar as metas coletivas estabelecidas

no Acordo de Paris (UNFCCC, 2016b). Os resultados da GST fornecerão uma base de evidências para informar onde a cooperação internacional precisa ser intensificada – por exemplo, no apoio e no financiamento à adaptação – para ampliar a escala da ação climática global (Beauchamp e Bueno, 2021). A primeira GST ocorrerá em 2023, e subsequentemente a cada cinco anos, a tempo de subsidiar a próxima rodada de NDCs, que serão atualizadas em 2025 (ver o Quadro 2). Uma longa lista de fontes de informação a serem incluídas na Fase 1 já foi iniciada, mas nem todas as modalidades e contribuições foram detalhadas. Dada a falta de clareza sobre o GGA, a questão-chave continua a ser como os processos relativos ao GGA e à GST deverão contribuir e complementar um ao outro.

Um grupo de contato foi estabelecido para ajudar a realizar a GST. Isso ocorreu no âmbito do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI, na sigla em inglês) e do SBSTA, que contarão com o apoio de um diálogo técnico para avaliar as contribuições para a GST. O diálogo técnico, que terá início na primeira sessão da UNFCCC, em junho de 2022, será cofacilitado por um representante de um país desenvolvido e um representante de um país em desenvolvimento, que terão a tarefa de trabalhar em conjunto para facilitar o diálogo e elaborar um relatório de síntese factual e outros resultados da fase de avaliação técnica. Os coordenadores do SBI e do SBSTA já compilaram uma lista de questões norteadoras para a fase de avaliação técnica da primeira GST (ver o Anexo 2) (UNFCCC, 2022c).

QUADRO 2. TRÊS FASES DA GST

A GST tem três fases. Na fase preparatória inicial, as informações serão coletadas, compiladas e sintetizadas. Para a primeira GST, essa fase já está em andamento, tendo sido iniciada em 2021. Segue-se uma fase de avaliação técnica, durante a qual as informações são avaliadas; isso acontecerá em 2022 e 2023 para a primeira GST. Na terceira fase, os resultados da GST serão analisados para determinar a extensão do progresso e, se necessário, para justificar uma ampliação das metas. A última fase, de exame dos resultados, ocorrerá em 2023, embora os cronogramas possam mudar dependendo do progresso.

¹⁰ <https://unfccc.int/topics/adaptation-and-resilience/workstreams/adaptation-communications>

¹¹ Decisão 9/CMA.1

¹² Ver o Artigo 14 do Acordo de Paris.

4

O GGA no âmbito do programa de trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh

Com a primeira GST já em andamento, o GlaSS é uma oportunidade para reequilibrar adaptação e mitigação, analisar o trabalho relacionado à adaptação no âmbito da UNFCCC e como ele contribui para o GGA, e oferecer um espaço para discussões à medida que os países desenvolvam suas comunicações de adaptação, BTRs, NAPs e NDCs atualizadas (Pringle et al., 2021).

O trabalho em matéria de adaptação realizado no âmbito da UNFCCC permitiu a exploração de algumas das metodologias, processos e instrumentos existentes que os países podem usar para planejar, informar, relatar e facilitar as ações e o apoio à adaptação. Apesar do mandato original do AC de avaliar os diferentes arranjos institucionais para a adaptação nos termos do Acordo de Paris, grande parte do trabalho sobre a adaptação em si, visando melhorar a coerência das ações, foi produzido por meio de fluxos de trabalho isolados (Beauchamp e Bueno, 2021). Por essa razão, continua sendo difícil acompanhar as várias questões de adaptação que estão a ser elaboradas, não apenas logisticamente durante as negociações, mas também conceitualmente. Como resultado, alguns trabalhos em matéria de adaptação realizados no âmbito da UNFCCC ainda não foram substancialmente discutidos e permanecem de difícil acesso para aqueles que não conhecem as estruturas da UNFCCC.

A falta de coerência no trabalho de adaptação sob a UNFCCC deve ser corrigida, pois essas discussões são cruciais para que as Partes e os atores não estatais estejam cientes e entendam o que já foi realizado em matéria de adaptação no âmbito da UNFCCC e possam usar isso como base para promover avanços na implementação do GGA sob a égide do GlaSS. As recomendações incluídas pelo AC em seu relatório anual de 2021 facilitam substancialmente a obtenção de um consenso sobre o caminho a seguir em relação ao GGA (UNFCCC, 2021). Também está claro que os mandatos e fluxos de trabalho relevantes sobre adaptação até à data ajudam a subsidiar as decisões e dimensões do GGA.

Ao desenvolverem suas propostas e se envolverem com o GlaSS, os países deverão considerar como o GGA pode servir melhor para ajudá-los a desenvolver suas próprias metas de adaptação, bem como os planos e políticas para alcançá-las, aumentando ao mesmo tempo as ambições a nível global, inclusive no que se refere à prestação de apoio dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Alguns aspectos do GGA são praticamente consensuais, mas existem áreas em que as opiniões tendem a divergir. Com base na literatura examinada e nas entrevistas com especialistas, apresentamos abaixo uma breve análise sobre as áreas do GGA que gozam de um amplo entendimento compartilhado.

O GGA deve incluir várias dimensões da adaptação. Das propostas do AGN e da AILAC pré-Acordo de Paris às recomendações recentes do AC e ao trabalho da sociedade civil, a maioria das contribuições sugere que o GGA seja composto por vários “elementos” ou “abordagens” que impliquem o uso de múltiplos métodos e indicadores. O apoio à utilização de métodos mistos, cestas de abordagens e flexibilidade de métodos justifica a utilização de várias dimensões no âmbito do GGA. Isso significa que haveria vários objetivos – ou subobjetivos – avaliados sob o GGA. Segue-se, portanto, que os países podem usar métodos qualitativos e quantitativos para fornecer informações sobre o GGA. Ainda não há consenso sobre quais dimensões devem ser incluídas, e isso pode evoluir durante rodadas sucessivas do GGA.

As comunicações de adaptação, juntamente com BTRs, NAPs e NDCs, devem ser os principais instrumentos para subsidiar o GGA. Considerando-se que as comunicações de adaptação podem ser usadas como instrumentos independentes ou como parte de outros instrumentos, como NDCs, NAPs e Comunicações Nacionais, ainda há flexibilidade para que os países continuem usando as abordagens existentes e reduzam a carga de produção de relatórios. Existe uma orientação preliminar para ajudar os países a elaborar e enviar comunicações de adaptação e outros instrumentos, e o AC deverá disponibilizar orientações adicionais em junho de 2022. De facto, a versão preliminar da orientação suplementar destaca uma lista de dimensões centrais da adaptação que os países podem/devem incluir em suas comunicações (AC, 2021b). No entanto, ainda não há orientações sobre a elaboração de BTRs, o que, segundo alguns tomadores de decisões, seria útil. Oportunamente, será necessário fornecer orientações sobre quais elementos dos diferentes instrumentos de comunicação de informações e relatórios sobre adaptação – especialmente AdComms e BTRs – contribuem para o GGA. As informações sobre adaptação também podem ser incluídas em estratégias de longo prazo,¹³ e as orientações a respeito da comunicação de informações sobre adaptação nesses instrumentos podem ajudar as Partes e grupos a definir suas metas de adaptação de longo prazo.

Os métodos para o GGA devem ser específicos para cada país. As tensões entre a adaptação como um esforço local e nacional e como um desafio global são inevitáveis. No entanto, como outras recomendações, o texto da decisão do GLaSS esclarece que o GGA também deve refletir as realidades locais e ser determinado nacionalmente e adequado às circunstâncias nacionais (Pringle et al., 2021; Wilkinson et al., 2021). Além disso, a tarefa de informar os avanços na implementação do GGA também não deve gerar um ônus adicional para os

países em desenvolvimento. Dada a discrepância nas capacidades de aplicação de métodos robustos, tem havido um aumento das solicitações para que os países em questão sejam os principais tomadores de decisão sobre quais abordagens, métodos e/ou indicadores usarão como parte do GGA e para avaliar o progresso em relação ao GGA por meio da GST.

Parte da literatura sobre o GGA destaca que a implementação de métodos complexos de avaliação da adaptação pode retardar as ações de adaptação (Nowok et al., 2021; Adger et al., 2022). Essas fontes defendem o uso de métodos tanto qualitativos como quantitativos para produzir informações sobre o GGA. No entanto, essa abordagem tem implicações para a agregação e para a forma de mensuração do progresso coletivo (ver abaixo). Além disso, algumas partes interessadas argumentam que ter um conjunto de indicadores acordados globalmente pode ser útil para impulsionar o desenvolvimento de sistemas de MEL adequados a nível nacional (Singh et al., 2016; WWF, 2021). Ainda não foi discutido se essa decisão deve ser tomada sob a égide do GLaSS ou em um estágio posterior do GGA – por exemplo, na segunda GST.

O GGA deve contribuir para a melhoria do planejamento, para a implementação da adaptação e para as atividades de MEL. Apesar das inúmeras discussões técnicas e políticas envolvendo o GGA, todas as partes interessadas precisam se recordar que o GGA e o GLaSS devem contribuir para acelerar o planejamento e a implementação da adaptação. Isso também inclui a criação de sistemas de MEL adequados a nível nacional e local. Os sistemas de MEL podem ajudar a fundamentar as ações e fornecer insumos para a avaliação do progresso coletivo na adaptação. Tanto os sistemas de MEL como as avaliações climáticas devem levar em conta as informações e ações a nível nacional, regional, subnacional e local, abrangendo todos os setores relevantes e múltiplos tipos de atores.

Não há consenso sobre como avaliar o progresso coletivo na adaptação. Ainda não está claro como evoluir da divulgação de informações com foco nacional, refletindo dimensões da adaptação priorizadas por cada país, para a produção de um relatório global sobre o progresso da adaptação. No entanto, existem várias metodologias que podem ser aplicadas para avaliar o progresso coletivo, incluindo a agregação de indicadores quantitativos comuns encontrados em todos os instrumentos de comunicação e relatórios que os países optem por usar, bem como uma metanálise das informações qualitativas fornecidas pelos países. As informações quantitativas e qualitativas agregadas podem refletir as múltiplas dimensões do GGA. É provável que as informações incluídas nas dimensões

13 <https://unfccc.int/process/the-paris-agreement/long-term-strategies>

selecionadas para representar o GGA sejam apenas parciais – pelo menos a princípio, dadas as diferentes capacidades e prioridades dos países nesse exercício. Também se espera que essas dimensões variem ao longo do tempo, refletindo novas prioridades para os países.

O GGA deve servir de subsídio para a ampliação do financiamento da adaptação. O GGA resulta dos apelos dos países em desenvolvimento para que haja paridade entre mitigação e adaptação. No entanto, o financiamento da adaptação ainda é bem inferior ao financiamento da mitigação (Oxfam, 2020; CARE, 2021; OCDE, 2021). O Pacto Climático de Glasgow, a decisão abrangente que estabelece as ambições da COP26, reconheceu que o financiamento da adaptação é inadequado para satisfazer as necessidades crescentes dos países em desenvolvimento e instou os países desenvolvidos a pelo menos dobrar até 2025 suas contribuições para o financiamento da adaptação em relação aos níveis de 2019 (UNFCCC, 2022a).¹⁴ Os resultados apresentados no âmbito do GGA devem ser confiáveis e representativos das realidades de cada país, a fim de informar e apontar para quais ações, e onde, o apoio à implementação é mais urgente. Portanto, as informações recolhidas a partir de processos nacionais centrados na implementação do GGA devem refletir as vozes e prioridades locais, de modo a melhor direcionar o financiamento para uma adaptação eficaz, liderada localmente, que contribua para as metas e objetivos nacionais de adaptação.

O GGA é um processo iterativo de aprendizagem.

O GlaSS oferece uma janela de dois anos para que os países mantenham discussões estruturadas sobre o progresso do GGA. Para que o GGA permaneça relevante, serão necessárias discussões e revisões regulares ao longo do tempo – por exemplo, as principais dimensões avaliadas no âmbito do GGA podem mudar à medida que a crise climática evolua e ocorram mudanças e choques novos e imprevistos. O GGA, assim como o próprio GlaSS, deve ser um processo de aprendizagem flexível e iterativo. Dado o prazo para a realização da GST, a profundidade e a extensão da avaliação do progresso na consecução do GGA como parte da primeira GST podem ser limitadas. A adoção de uma abordagem progressiva e evolutiva para refinar e adaptar o GGA ao longo do tempo proporcionará melhores resultados, reduzindo ao mesmo tempo o ônus imposto aos países.

¹⁴ Decisão 1/CMA.3.

5

Reflexões para as Partes: como garantir o sucesso do GlaSS e do GGA

O estabelecimento do GlaSS foi um resultado positivo da COP26 e um avanço significativo para que o GGA deixasse de ser unicamente um objetivo de alto nível estabelecido no Acordo de Paris e se transformasse em ações concretas. A decisão mostra que há uma ambição crescente e comum de promover o GGA para cumprir sua função de “estrela-guia” que oriente as ações de adaptação e financiamento, refletindo os princípios do Artigo 7 do Acordo de Paris (WWF, 2021). A culminação dos mandatos estabelecidos sob a égide da UNFCCC, juntamente com os apelos das Partes e da sociedade civil para avançar nas questões de adaptação, contribuíram para impulsionar as discussões sobre o GGA em 2021, antes da COP26. As contribuições do AGN e de outros países em desenvolvimento no período que antecedeu e sucedeu a COP25 também foram fundamentais para aumentar o ímpeto e a ênfase no GGA. Vários eventos também reuniram as Partes antes das negociações da COP26, incluindo um workshop organizado pelo AC, três workshops técnicos realizados pelas presidências da

COP25 e COP26 nas Semanas Regionais do Clima e diálogos informais mantidos pelas presidências ao longo do ano.

A decisão que estabelece o GlaSS fornece um marco evolutivo que inclui os atores principais, atividades abrangentes e espaços de interação para promover o GGA. O texto também descreve oito objetivos que o GlaSS deve se empenhar em alcançar (ver o Quadro 3). Embora existam muitas áreas de consenso, as expectativas para o GlaSS podem variar significativamente entre as Partes e grupos. É importante reconhecer também que as Partes têm níveis variados de capacidade para lidar com algumas das questões políticas e metodológicas do GGA. Resumimos a seguir os principais elementos e modalidades do GlaSS em termos de formas de trabalho, atividades e temas potenciais, esboçando ao mesmo tempo questões norteadoras que as Partes podem considerar em suas contribuições e à medida que desenvolvam suas posições sobre o GGA por meio do GlaSS.

QUADRO 3: OS OITO OBJETIVOS DO PROGRAMA GLASS

O texto de decisão do GlASS da COP26 inclui oito objetivos abrangentes para o GlASS*:

1. Permitir a implementação plena e sustentável do Acordo de Paris, aprimorando as ações e o apoio à adaptação com vistas à consecução do GGA
2. Melhorar a compreensão do objetivo global de adaptação, incluindo as metodologias, os indicadores, os dados e métricas, as necessidades e o apoio necessário para avaliar o progresso no alcance desse objetivo
3. Contribuir para a revisão do progresso geral do GGA como parte da avaliação global periódica mencionada no Artigo 7, parágrafo 14, e no Artigo 14 do Acordo de Paris, com vistas a subsidiar a primeira avaliação global e as avaliações subsequentes
4. Aprimorar o planejamento nacional e a implementação das ações de adaptação por meio do processo de formulação e implementação de planos nacionais de adaptação e por meio de contribuições determinadas a nível nacional e comunicações de adaptação
5. Permitir que as Partes comuniquem melhor suas prioridades, seus planos e ações e suas necessidades de implementação e apoio, inclusive por meio de comunicações de adaptação e contribuições determinadas a nível nacional
6. Facilitar o estabelecimento de sistemas robustos e adequados às necessidades nacionais para monitorar e avaliar as ações de adaptação
7. Reforçar a implementação das ações de adaptação nos países em desenvolvimento vulneráveis
8. Melhorar a compreensão de como os instrumentos de comunicação e relatórios relacionados à adaptação estabelecidos pela Convenção e pelo Acordo de Paris podem se complementar para evitar a duplicação de esforços.

*Decision 7/CMA.3 GlASS texto de decisão

Formas de trabalho e inclusão

O GlaSS menciona os principais atores na liderança e definição do programa de trabalho. O SBSTA e o SBI implementarão o programa conjuntamente, com o apoio do secretariado da UNFCCC. Contribuições de outros atores da UNFCCC serão bem-vindas, inclusive das presidências da COP26 (Reino Unido) e da COP27 (Egito), do AC, do Grupo de Trabalho II do IPCC e de outros órgãos constituídos, conforme apropriado.

O GlaSS deve tomar como ponto de partida os trabalhos anteriores sobre adaptação realizados no âmbito da UNFCCC – incluindo, entre outros, os do AC – e deve se basear em uma série de insumos,

incluindo comunicações de adaptação e NAPs. Deve também levar em conta os conhecimentos tradicionais, os conhecimentos dos povos indígenas e os sistemas locais de conhecimentos e ser sensível ao gênero. O GlaSS reconhece a necessidade de respeitar, promover e considerar os direitos humanos nas comunidades marginalizadas e vulneráveis.

O programa de trabalho também deve refletir a natureza da adaptação determinada por cada país e evitar a criação de qualquer ônus adicional para as Partes países em desenvolvimento, mas deve ser realizado de maneira inclusiva, com o envolvimento das Partes com base na representação geográfica equitativa, bem como de observadores, órgãos constituídos relevantes, organizações, especialistas e profissionais, conforme apropriado.

REFLEXÕES PARA AS PARTES

Ao preparar suas contribuições e se engajar no GlaSS, as Partes podem refletir sobre os seguintes aspectos:

- Quais são os papéis dos diferentes atores locais, nacionais e internacionais no GlaSS?
- Como os diferentes atores podem contribuir para o alcance dos objetivos do GlaSS – incluindo o fortalecimento da implementação das ações de adaptação?
- Quando e como outros atores da UNFCCC – o AC, o NWP, o LEG e o SCF, entre outros – devem ser envolvidos?
- Além da orientação fornecida pela decisão sobre o GlaSS, como o IPCC pode se envolver com o GlaSS?
- Qual é o papel dos observadores e da sociedade civil no GlaSS? Quando, onde e como as Partes gostariam que terceiros contribuíssem?
- Qual é o papel do setor privado?

Tendo em mente que o GlaSS – e o desenvolvimento de posições sobre o GGA – devem ser inclusivos, as Partes também podem refletir sobre o seguinte:

- Como as vozes e os conhecimentos dos povos indígenas e comunidades locais podem ser incluídos no processo do GlaSS?
- O que isso significa para o formato e o cronograma dos workshops técnicos realizados pelo GlaSS?
- Quais outras atividades, plataformas ou espaços de discussão e apoio são necessários?

Considerando que os objetivos do GlaSS incluem o fortalecimento da implementação das ações de adaptação:

- O que isso significa para os processos nacionais e subnacionais em termos da construção de posições sobre o GlaSS e o GGA?
- Como os países podem facilitar a inclusão e a participação de comunidades locais, povos indígenas e grupos marginalizados no planejamento da adaptação em todos os níveis?

Atividades e coerência

Como primeiro passo no GlaSS, as Partes são convidadas a apresentar até 30 de abril de 2022 suas opiniões sobre como alcançar os objetivos do programa, sobre as formas de trabalho e sobre os temas a serem abordados. Os presidentes dos órgãos subsidiários escolherão os temas dos workshops com base nas propostas.

Nos próximos dois anos, workshops serão realizados trimestralmente – dois presenciais, paralelamente à sessão da UNFCCC, e dois virtuais – com o apoio do secretariado da UNFCCC e dos presidentes dos órgãos subsidiários. O secretariado desenvolverá uma síntese das contribuições em 2022 e produzirá um relatório anual sobre os workshops antes das sessões da COP27 e 28. O SBI e o SBSTA informarão a CMA sobre o progresso na implementação do GlaSS, com o objetivo de fornecer recomendações para um projeto de decisão antes da COP28 em 2023.

Como o GGA será um processo de aprendizagem contínuo e iterativo, as atividades para promover o GlaSS poderão ir além daquelas incluídas no texto da decisão

(workshops e um relatório de síntese). O mandato do GlaSS se encerra na COP28 em 2023, mas poderá ser estendido para alcançar novos objetivos ou incorporado a um novo programa, se solicitado pelas Partes. Dito isso, é fundamental que, nos próximos dois anos que antecedem a COP28, o GlaSS avance na consecução dos objetivos acordados pelas Partes na COP26 em Glasgow. As partes já podem articular quais atividades além das mencionadas na decisão deverão ser realizadas e também definir suas expectativas sobre, entre outros pontos, as metas que o GlaSS deve alcançar. Também é fundamental que o GlaSS prossiga além da COP28 para continuar a apoiar os esforços em prol do GGA. O GlaSS também pode ajudar a melhorar a coesão entre as várias vertentes do trabalho em matéria de adaptação realizado no âmbito da UNFCCC e, potencialmente, reforçar as ações de adaptação desenvolvidas fora da UNFCCC por meio do envolvimento com um amplo espectro de atores.

Portanto, as Partes podem começar agora a desenvolver sua própria visão, bem como uma visão coletiva, sobre o que o GlaSS deve cumprir – e sobre o que elas querem para o GGA.

REFLEXÕES PARA AS PARTES

As Partes podem refletir sobre os seguintes aspectos:

- O que deve ser alcançado por meio do GlaSS?
- Que tipos de decisões e resultados se espera que as Partes alcancem até 2023?
- O que pode ser alcançado pelos países com o apoio do GlaSS até seu final programado na COP28?
- Como o processo do GlaSS pode contribuir para melhorar o planejamento, implementação e comunicação da adaptação e os sistemas de MEL?

Com suas circunstâncias e prioridades nacionais em mente:

- Qual deve ser o formato dos workshops do GlaSS? Por exemplo, qual seria a duração recomendável (ou seja, várias horas ou vários dias)? Que nível de interação seria útil?
- Que preparação será necessária antes dos workshops? Como isso pode ser facilitado antes e depois de cada workshop, tanto por meio do GlaSS quanto como parte dos processos nacionais?
- Em qual estágio do processo do GlaSS os diferentes atores (Partes, UNFCCC, observadores, grupos e representantes de vozes locais e indígenas) devem se reunir? Como?
- Como o GlaSS pode ajudar a ampliar o apoio à adaptação para atingir seus objetivos e avançar na implementação do GGA?
- Quais atividades e processos são necessários a nível internacional como parte do GlaSS?
- De quais atividades e processos seu país precisa para desenvolver uma visão e uma estratégia coerentes de adaptação nacional? Como o GlaSS pode apoiar essas atividades e processos?
- Como as atividades centradas na promoção do GlaSS e do GGA podem contribuir para outros processos nacionais, como os NAPs?

As Partes também podem refletir sobre o seguinte:

- Quais são as possíveis barreiras nacionais ao sucesso dos processos do GlaSS e do GGA? E globalmente?
- Como esses desafios podem ser superados?

Temas e prioridades

A decisão sobre o GlaSS define oito objetivos principais a serem alcançados até o final do programa de trabalho. Alguns englobam objetivos e ambições de longo prazo em vez de objetivos de curto prazo, mas essa longa lista representa as contribuições e prioridades temáticas de várias Partes e grupos. Dessa forma, o GlaSS deve pelo menos abordar sucintamente todos os objetivos ao longo de seus dois anos iniciais. Isso significa que alguns temas precisarão ser agrupados e será necessário um sequenciamento estratégico na forma pela qual serão abordados nos workshops e outras atividades do GlaSS.

Durante a vigência do GlaSS, as Partes poderão refletir sobre suas prioridades e necessidades para aprimorar tanto sua própria compreensão como suas ações de

adaptação. Esse processo de reflexão deve se basear nas circunstâncias locais e nacionais. Algumas Partes já começaram a considerar e planejar sua jornada nacional de adaptação. Uma reflexão mais aprofundada sobre certas questões-chave pode ser útil – por exemplo, onde estamos agora, qual é o ponto de partida e quais são os próximos passos para melhorar a adaptação? O GlaSS oferece uma oportunidade para esclarecer as ligações entre o GGA e outros processos da UNFCCC relacionados não apenas à adaptação, mas também à mitigação, financiamento e perdas e danos. Continuar a refletir conceitualmente sobre essas questões a nível nacional e promover intercâmbios por meio do GlaSS para compartilhar experiências, lições aprendidas e boas práticas são formas de subsidiar melhor os processos internacionais e também ajudar a mobilizar o apoio à adaptação.

REFLEXÕES PARA AS PARTES

No curto prazo, as Partes devem refletir sobre o seguinte:

- Como os objetivos do GlaSS devem ser agrupados? Quais devem ser os temas abrangentes para capturar todos os objetivos?
- O que precisa ser avaliado para determinar o progresso coletivo na adaptação, tendo por base decisões anteriores sobre adaptação nos termos do Acordo de Paris?
- Que formas a orientação pode assumir para garantir informações confiáveis, adequadas, úteis e adequadas que apoiem a avaliação dos progressos em relação ao GGA?
- Qual deve ser a ordem ou a sequência dos temas?
- Como os temas dos workshops devem ser sequenciados em 2022 e 2023 de modo a garantir que as discussões sejam complementares entre si?
- Quais são as possíveis perguntas norteadoras para cada tema, a fim de garantir que as discussões em cada workshop sejam direcionadas e gerem resultados concretos?

Ao mesmo tempo, as Partes podem refletir sobre questões-chave relacionadas a cada um dos temas a serem abordados no âmbito do GlaSS. Isso ajudará os países a se prepararem para os workshops e aumentará a probabilidade de o GlaSS produzir resultados concretos. Nesse contexto, os países podem considerar estas questões norteadoras para elaborar sua história nacional de adaptação e identificar lacunas de informações.

As Partes podem considerar o seguinte:

Circunstâncias nacionais e processos atuais:

- Quais são as prioridades nacionais de adaptação nos países e regiões? Quais são as necessidades?
- Quais processos são usados atualmente para coordenar nacionalmente a adaptação? Existem estratégias, mandatos e instituições específicos para o clima e/ou a adaptação?
- Como a adaptação climática está integrada aos documentos e processos de planejamento nacionais e subnacionais?
- Existem NAPs ou outros processos de planejamento da adaptação já implementados? Em caso negativo, quais são os elementos necessários para desenvolver e implementar um NAP?
- Como esses processos podem vincular e fortalecer outros processos nacionais de desenvolvimento sustentável, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Quadro de Sendai, a Convenção de Combate à Desertificação e a Convenção sobre Diversidade Biológica?

- Como esses e outros processos nacionais ajudam a acessar e direcionar o financiamento nacional e local da adaptação? Como eles ajudam a direcionar o financiamento internacional?
- O que é necessário para comunicar melhor e garantir um financiamento da adaptação que leve em conta as prioridades nacionais?
- Como o GlaSS pode ajudar a suprir essas e outras necessidades para fortalecer a implementação da adaptação?

Métricas e sistemas de MEL:

- Quais sistemas de monitoramento, avaliação e aprendizagem (MEL) já estão em vigor? O que eles capturam?
- Quais capacidades e tipos de apoio são necessários para fortalecer os sistemas nacionais de MEL?
- Quais abordagens, métricas e indicadores são usados a nível nacional e local? Por projetos?
- O que é necessário para estabelecer um conjunto de métricas e indicadores que seja nacionalmente adequado e orientado para o país?
- Que outras informações são necessárias para entender melhor o progresso da adaptação e fundamentar as ações de adaptação?
- Até que ponto é necessário aumentar a compreensão de métodos, métricas e sistemas de MEL para melhorar as circunstâncias nacionais?
- Como o GlaSS pode ajudar a reforçar a capacitação e apoiar os sistemas de MEL?

Comunicação e relatórios:

- Quais são os instrumentos atuais de comunicação e relatórios usados para informar sobre questões de adaptação?
- Quais documentos resumem o histórico de adaptação do seu país?
- Com base nos sistemas nacionais atuais, quais informações o país pretende comunicar em suas comunicações de adaptação? O que o país pretende comunicar no futuro?
- Com quais informações o país pretende contribuir para esta primeira rodada da GST?
- Qual instrumento pretende usar?
- Como pretende responder às perguntas norteadoras para a fase de avaliação técnica da primeira GST (Anexo 2)?
- Como o GlaSS pode ajudar seu país a comunicar e relatar informações sobre adaptação?

6

Conclusão

O estabelecimento do GlaSS na COP26 representou um avanço significativo para o desenvolvimento de um entendimento comum do GGA e dos meios necessários para alcançá-lo. Nas discussões informais e formais que antecederam a COP26, ficou claro que existem algumas áreas de convergência sobre o GGA, bem como algumas divergências. No entanto, como não há um entendimento comum do próprio GGA, melhorar esse entendimento é um objetivo fundamental do GlaSS.

O respeito às prioridades nacionais e ao direcionamento de cada país é essencial e está inscrito tanto no Artigo 7 do Acordo de Paris como no GlaSS. O financiamento da adaptação continua a ser um ponto de discórdia nas discussões sobre o GGA, mas as Partes e outros interessados reconhecem que o financiamento atual da adaptação é insuficiente para satisfazer as necessidades dos países em desenvolvimento – e globais. Por esse motivo, os países desenvolvidos foram instados a dobrar seu apoio à adaptação no Pacto Climático de Glasgow. Apesar das divergências sobre até que ponto o apoio, particularmente financeiro, deve fazer parte do GlaSS, resta claro que os países em desenvolvimento precisarão de apoio para que os objetivos do GlaSS sejam alcançados.

As propostas das Partes sobre como o GlaSS deve atingir seus oito objetivos orientarão o trabalho em prol do GGA nos próximos dois anos, mas isso é apenas o começo. O GlaSS não é um fim em si mesmo, mas um meio para melhorar o planejamento, a implementação e o apoio à adaptação em todos os países. O programa deve ser visto como um catalisador e um espaço onde as Partes podem ganhar impulso para abordar questões de adaptação em sua própria jurisdição. Sem uma sólida compreensão de suas necessidades e prioridades, as Partes não conseguirão alavancar o trabalho do GlaSS em benefício próprio, nem fornecer insumos para a obtenção de resultados representativos no âmbito do GGA. Em última análise, a forma pela qual os países alavancarão as atividades e processos do GlaSS para conduzir seus próprios processos locais, nacionais e regionais de adaptação definirá o sucesso do programa e do GGA.

Referências

- AC (2021a) Approaches to reviewing the overall progress made in achieving the global goal on adaptation (technical paper). AC/2021/TP/GGA. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ac2021_tp_gga.pdf
- AC (2021b) Draft supplementary guidance for voluntary use by Parties in communicating information in accordance with the possible elements of an adaptation communication. AC20/GUID/5B. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ac20_5b_adcomms.pdf
- AC (2021c) Recognizing the adaptation efforts of developing country Parties: Assessing and meeting the costs of adaptation. AC20/INFO/5D. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ac20_5d_recognition.pdf
- AC (2020) Synthesis report on how developing countries are addressing hazards, focusing on relevant lessons learned and good practices. AC/2020/6. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ac17_6d_sr_hazards.pdf
- AC and LEG (2021) Methodologies for reviewing the adequacy and effectiveness of adaptation and support. AC-LEG/INFO/3. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ac20_5e_adequacy.pdf
- AC and LEG (2017) Draft recommendations developed by the AC and the Least Developed Countries Expert Group to address decision 1/CP.21, paragraph 41 and, in collaboration with the Standing Committee on Finance, to address decision 1/CP.21, paragraph 45. AC-LEG/2017/3. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/ac11_5cde_mandates_acleg.pdf
- Adger, N et al. (2022) Assessment of adaptation practices, options, constraints and capacity. In: Pörtner, HO, Roberts, DC, Tignor, M, Poloczanska, ES, Mintenbeck, K, Alegria, A, Craig, M, Langsdorf, S, Löschke, S, Möller, V, Okem, A and Rama, B (eds) *Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge. <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4-wg2-chapter17-1.pdf>
- AGN (2016) Submission by Arab Republic of Egypt on behalf of the African Group. UNFCCC, Bonn. <https://www4.unfccc.int/sites/SubmissionsStaging/Documents/201812081632---AGN%20submission%20on%20essential%20element%20under%20APA%20%208%20Dec%202018%20@16h00.pdf>
- AGN (2013). Submission by Swaziland on Behalf of the African Group on Adaptation in the 2015 Agreement. http://unfccc.int/files/documentation/submissions_from_parties/adp/application/pdf/adp_african_group_workstream_1_adaptation_20131008.pdf
- AILAC (2016) Submission by Costa Rica on behalf of the AILAC Group of Countries Composed by Childe, Costa Rica, Honduras, Guatemala, Panama, Paraguay and Peru. AILAC, San Jose. https://www4.unfccc.int/sites/SubmissionsStaging/Documents/233_280_131197469405886489-160930%20AILAC%20Adaptation%20Item%204%20APA%20Submission%202016.pdf
- AILAC, Mexico and the Dominican Republic (2014) Adaptation in the ADP: Joint submission of AILAC, Mexico and Dominican Republic. AILAC. <http://ailac.org/wp-content/uploads/2014/02/Joint-AILAC-Mexico-DR-ADP-Adaptation-Submission-2014.pdf>
- Beauchamp, E and Bueno, MdP (2021) Global Stocktake: three priorities to drive adaptation action. IIED, London. <https://pubs.iied.org/20601iied>
- Beauchamp, E, da Silva Bernardo, C and Bueno, MdP (2021) Progressing the Global Goal on Adaptation – key issues. IIED, London. <https://pubs.iied.org/17773iied>
- CARE (2021) Climate Adaptation Finance: Fact or Fiction. CARE, The Hague. https://careclimatechange.org/wp-content/uploads/2021/01/CARE_Synthesis-report_Final_April-2021.pdf
- Craft, B and Fisher, S (2015) How to measure a global goal for adaptation? IIED, London. <https://www.iied.org/how-measure-global-goal-for-adaptation>
- El-Bakri, S, Roberts, E and Ngwadla, N (2015). Background paper: The African Group of Negotiator's Proposal for a Global Goal for Adaptation with an update based on the Paris outcome. CDKN, Cape Town.
- IPCC (2022) Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. In: Pörtner, HO, Roberts, DC, Tignor, M, Poloczanska, ES, Mintenbeck, K, Alegria, A., Craig, M., Langsdorf, S., Löschke, S., Möller, V, Okem, A and Rama, B (eds) *Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge. https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_Citation.pdf

- IPCC (2014) *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* (Pachauri, RK and Meyer, LA (eds)). IPCC, Geneva. https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/SYR_AR5_FINAL_full.pdf
- Kreft, A and Jungans, L (2015) *Adaptation Committee #7: Adaptation Committee: The next generation*. Germanwatch, Bonn. <https://www.germanwatch.org/sites/default/files/publication/10917.pdf>
- OECD (2021) *Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries: Aggregate trends updated with 2019 data*. OECD, Paris. <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/03590fb7-en.pdf?expires=1647358016&id=id&accname=guest&checksum=917E46B8B1FC31AD9AF4859B9A969783>
- Oxfam (2020) *Climate Finance Shadow Report 2020: Assessing Progress Towards the \$100 Billion Commitment*. Oxfam GB, Oxford. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621066/bp-climate-finance-shadow-report-2020-201020-en.pdf>
- Magnan, A, Ribera, T and Treyer, S (2015) *National adaptation is also a global concern*. Working Paper 04/15. IDDRI, Paris. https://www.iddri.org/sites/default/files/import/publications/wp0415_am-tr-st_adaptation-global-concern.pdf
- Nepal (2014) *Submission by Nepal on behalf of the Least Developed Countries Group: Views and proposals on the work of the Ad Hoc Working Group on the Durban Platform for Enhanced Action (ADP)*. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/files/bodies/awg/application/pdf/submission_by_nepal_on_behalf_of_ldc_group_on_views_and_proposals_on_the_work_of_the_adp.pdf
- Ngwadla, X and El-Bakri, S (2016) *The Global Goal for Adaptation under the Paris Agreement: Putting ideas into action*. CDKN, Cape Town. <https://cdkn.org/sites/default/files/files/Global-adaptation-goals-paper.pdf>
- Ngwadla, X, Engelbrecht, F, Landman, W, Bopape, MJ and Mundackal, J (2014) *Policy Brief. A Global Goal for Adaptation in the 2015 Climate Agreement*. CSIR, Pretoria.
- Nowok, A, Njuguna, L, Zorrilla-Miras, P, Sanz, M-J, Lopez-Gunn, E, Zafra-Calvo, N, Wamukoya, G and Rosenstock, T (2021). *Indicators for Tracking the Global Goal on Adaptation: Insight from 50+ African Countries*. AGNES, Nairobi. <https://cgspace.cgjar.org/handle/10568/117501>
- Pringle, P, Thomas, A and Strachan, E (2021) *What's next for the Global Goal on Adaptation?* Climate Analytics, Berlin. https://climateanalytics.org/media/what_next_for_the_global_goal_on_adaptation_2.pdf
- SCF (2021a) UNFCCC Standing Committee on Finance: *First report on the determination of the needs of developing country Parties related to implementing the Convention and the Paris Agreement*. UNFCCC, Bonn. <https://unfccc.int/topics/climate-finance/workstreams/determination-of-the-needs-of-developing-country-parties/first-report-on-the-determination-of-the-needs-of-developing-country-parties-related-to-implementing>
- SCF (2021b) UNFCCC Standing Committee on Finance: *Fourth (2020) Biennial Assessment and Overview of Climate Finance Flows*. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/54307_1%20-%20UNFCCC%20BA%202020%20-%20Report%20-%20V4.pdf
- Singh, H, Harmeling, S and Chamling Rai, S (2016) *Global Goal on Adaptation: From Concept to Practice*. ActionAid, CARE and WWF, Johannesburg, Geneva and Gland. <https://careclimatechange.org/wp-content/uploads/2016/11/Global-Goal-on-Adaptation-From-Concept-to-Practice-v2-DesktopPrint-NoCrops.pdf>
- Suarez, I and Huang, J (2015) *Addressing Adaptation in a 2015 Climate Agreement*. Center for Climate and Energy Solutions, Arlington, VA. <https://www.c2es.org/wp-content/uploads/2015/06/addressing-adaptation-2015-climate-agreement.pdf>
- UNFCCC (2022a) *Report of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement on its third session, held in Glasgow from 31 October to 13 November 2021*. FCCC/PA/CMA/2021/10/Add.1. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021_10_add1_adv.pdf
- UNFCCC (2022b) *Report of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement on its third session, held in Glasgow from 31 October to 13 November 2021*. FCCC/PA/CMA/2021/10/Add.3. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021_10_add3_adv.pdf
- UNFCCC (2022c) *Guiding questions by the SB Chairs for the Technical Assessment component of the first Global Stocktake*. Revised questions, 18 February 2022. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Draft%20GST1_TA%20Guiding%20Questions.pdf#
- UNFCCC (2021) *Report of the Adaptation Committee*. FCCC/SB/2021/6. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/sb2021_06E.pdf
- UNFCCC (2020) *Report of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement on its second session, held in Madrid from 2 to 15 December 2019*. FCCC/PA/CMA/2019/6/Add.1. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2019_06a01E.pdf

UNFCCC (2019a) Report of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement on the third part of its first session, held in Katowice from 2 to 15 December 2018. FCCC/PA/CMA/2018/3/Add.1. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2018_03a01E.pdf

UNFCCC (2019b) Report of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement on the third part of its first session, held in Katowice from 2 to 15 December 2018. FCCC/PA/CMA/2018/3/Add.2. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/CMA2018_03a02E.pdf

UNFCCC (2016a) Report of the Conference of the Parties on its twenty-first session, held in Paris from 30 November to 13 December 2015. FCCC/CP/2015/10/Add.1. UNFCCC, Bonn. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2015/cop21/eng/10a01.pdf>

UNFCCC (2016b) Tenth meeting of the Adaptation Committee, Bonn, Germany, 13-16 September 2016. AC/2016/16. UNFCCC, Bonn. https://unfccc.int/sites/default/files/ac10_5b_m_and_e_.pdf

UNFCCC (2015) Report of the Conference of the Parties on its twentieth session, held in Lima from 1 to 14 December 2014. FCCC/CP.2014/10/Add.1. UNFCCC, Bonn. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2014/cop20/eng/10a01.pdf>

Wilkinson, E, Dupar, M, Singh, S, Nicholson, L, Roper, L-A and Siegele, L (2021) Technical paper: The Global Goal on Adaptation a SIDS perspective. Climate Ambition Support Alliance, London. https://casaclimate.org/wp-content/uploads/2021/10/CASA_Technical-paper_GGA-for-SIDS.pdf

WWF (2021) Briefing Paper on: Operationalizing the Global Goal on Adaptation (GGA) of the Paris Agreement. WWF, Gland. https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/briefing_paper_on_global_goal_on_adaptation_of_the_paris_agreement.pdf

Leituras relacionadas

AC (2021) Approaches to reviewing the overall progress made in achieving the global goal on adaptation. Technical paper. AC/2021/TP/GGA. UNFCCC, Bonn. <https://unfccc.int/documents/273844>

Beauchamp, E, da Silva Bernardo, C and Bueno, MdP (2021) Progressing the Global Goal on Adaptation — key issues. IIED, London. <https://pubs.iied.org/17773iied>

Benzie, M, Adams, KM, Roberts, E, Magnan, AK, Persson, A, Nadin, R, Klein, RJT, Harris, K, Treyer, S and Kirbyshire, A (2018) Meeting the global challenge of adaptation by addressing transboundary climate risk: A joint collaboration between SEI, IDDRI and ODI. Discussion Brief. Stockholm. <https://www.sei.org/publications/transboundary-climate-risk/>

Harris, K and Benzie, M (2020) Five big ideas to make the Global Goal on Adaptation live up to its name. Stockholm, SEI. <https://www.sei.org/perspectives/five-big-ideas-global-goal-on-adaptation/>

Ngwadla, X and El-Bakri, S (2016) The Global Goal for Adaptation under the Paris Agreement: Putting ideas into action. CDKN, Cape Town. <https://cdkn.org/sites/default/files/files/Global-adaptation-goals-paper.pdf>

Wilkinson, E, Dupar, M, Singh, S, Nicholson, L, Roper, L-A and Siegele, L (2021) Technical paper: The Global Goal on Adaptation a SIDS perspective. Climate Ambition Support Alliance, London. https://casaclimate.org/wp-content/uploads/2021/10/CASA_Technical-paper_GGA-for-SIDS.pdf

Anexos

Anexo 1: Recomendações do Comitê de Adaptação

O texto abaixo foi traduzido para os fins deste relatório e não reflete o texto oficial da UNFCCC.

O AC produz um relatório anual, que inclui recomendações relativas aos seus mandatos, antes da Conferência das Partes. Fornecemos aqui o texto integral de suas recomendações:

86. As recomendações a seguir emergiram do trabalho do AC ao considerar as abordagens para avaliar o progresso geral na consecução do objetivo global de adaptação. É aconselhável que a CMA:

- (a) Tome nota dos desafios metodológicos, empíricos, conceituais e políticos identificados no documento técnico do AC sobre abordagens de avaliação do progresso obtido na consecução do objetivo global de adaptação e considere maneiras de abordar e priorizar uma maior compreensão das metodologias existentes, das lacunas conceituais e de dados e dos pontos de equilíbrio a serem atingidos a fim de propiciar uma revisão geral do progresso em relação ao objetivo global de adaptação, baseando-se no melhor conhecimento científico disponível e com o envolvimento do Grupo de Trabalho II do IPCC e outros órgãos internacionais, conforme apropriado;
- (b) Enfatize que a abordagem para revisar o progresso geral na consecução do objetivo global de adaptação deverá levar em conta vários pontos de equilíbrio entre os principais critérios para avaliar o progresso da adaptação, como entre agregabilidade⁵⁸ e sensibilidade ao contexto nacional; entre agregabilidade e coerência;⁵⁹ e entre a viabilidade de avaliar o progresso geral da adaptação, a agregabilidade e a capacidade de realizar avaliações longitudinais;
- (c) Enfatize que a abordagem para revisar o progresso geral na consecução do objetivo global de adaptação também deve satisfazer o duplo mandato da realização de uma avaliação global periódica para avaliar o progresso coletivo na adaptação e a atualização e aprimoramento das ações de adaptação a nível nacional;
- (d) Reconheça que a compreensão do progresso da adaptação requer sistemas de monitoramento e avaliação funcionais a nível subnacional e/ou nacional e encoraje as Partes a usar as ferramentas existentes de monitoramento e avaliação que sejam adequadas ao seu contexto nacional;
- (e) Reconheça que, para compreender o progresso da adaptação, as ações de adaptação empreendidas devem ser relatadas, e incentive as Partes a usar relatórios de transparência bienais para complementar as informações fornecidas em suas comunicações de adaptação;
- (f) Reconheça que a combinação de várias abordagens pode gerar uma imagem mais holística do progresso da adaptação e ajudar a equilibrar os pontos fortes e fracos das diferentes abordagens;
- (g) Considere o uso de uma cesta de abordagens no processo de avaliação do progresso geral na consecução do objetivo global de adaptação, com base no documento técnico relevante do AC e levando em consideração os desafios, limitações e vantagens de cada abordagem;
- (h) Solicite ao secretariado que inclua, em seu relatório de síntese sobre o panorama dos esforços, experiências e prioridades de adaptação,⁶⁰ informações sobre os esforços das Partes em prol do alcance do objetivo global de adaptação;
- (i) Incentive fortemente as Partes a preparar e enviar uma comunicação de adaptação o mais rápido possível, reconhecendo que as comunicações de adaptação, entre outros documentos nacionais relacionados ao tema, subsidiarão a avaliação do progresso coletivo na adaptação como parte da avaliação periódica global e contribuirão para a avaliação do progresso geral obtido na consecução do objetivo global de adaptação;⁶¹

(j) Incentive também as Partes a preparar e apresentar NAPs, relatórios e comunicações regularmente e em tempo hábil para a avaliação periódica global e a incluir informações que possam contribuir para a revisão do progresso geral na implementação do objetivo global de adaptação, bem como informações sobre como têm considerado o objetivo global de adaptação em seu contexto nacional, de maneira consistente com as orientações existentes nos respectivos planos, relatórios e comunicações;

(k) Incentive também as Partes a desenvolver e implementar sistemas nacionais de monitoramento, avaliação e aprendizagem para melhorar os processos de planejamento e implementação da adaptação ao longo do tempo e para fornecer informações robustas e contextuais nos relatórios e comunicações nacionais, reconhecendo a complexidade e os significativos recursos técnicos, financeiros e humanos e de dados necessários para projetar e implementar tais sistemas e a necessidade de apoio às Partes países em desenvolvimento para que possam fazê-lo em tempo hábil;

(l) Exorte as Partes países desenvolvidos e convide outras Partes que fornecem recursos de forma voluntária, bem como organizações das Nações Unidas, agências bilaterais e multilaterais especializadas e outras organizações relevantes, a continuar mobilizando apoio técnico e financeiro às atividades de adaptação nas Partes países em desenvolvimento, inclusive as atividades mencionadas nos parágrafos 86 (h–k) acima, com vistas a promover a consecução do objetivo global de adaptação.

58 O potencial de agregação de informações e/ou dados sobre adaptação.

59 Até que ponto uma determinada medida constitui um indicador significativo da adaptação.

60 Conforme decisão 19/CMA.1, parágrafo 23(b).

61 Conforme decisão 9/CMA.1, parágrafo 14.

Anexo 2: Perguntas norteadoras sobre adaptação para a fase de avaliação técnica da primeira GST

O texto abaixo foi traduzido para os fins deste relatório e não reflete o texto oficial da UNFCCC.

Com a primeira GST ocorrendo este ano, este processo inicial para avaliar o progresso obtido na consecução do GGA provavelmente será iterativo, revelando lacunas e oferecendo lições a serem incorporadas às avaliações periódicas subsequentes. Cada país precisará desenvolver sua própria “história de adaptação” – sua narrativa sobre a adaptação e seus próprios objetivos aspiracionais (Beauchamp et al., 2021).

1. Qual é o progresso coletivo das ações de adaptação, em termos da implementação atual e das ambições, para alcançar as metas definidas nos Artigos 2.1(b) 3 e 7.14 do Acordo de Paris?
2. Quais esforços estão a ser empreendidos para planejar, implementar e acelerar as ações de adaptação a fim de alcançar as metas definidas nos Artigos 2.1(b) e 7.1 do Acordo de Paris? E, com o objetivo de reconhecer os esforços de adaptação das Partes países em desenvolvimento, quais esforços foram empreendidos por essas Partes para alcançar esses objetivos?
3. Qual é o grau de adequação e eficácia dos esforços atuais de adaptação e do apoio prestado à adaptação com o objetivo de atingir as metas definidas nos Artigos 2.1(b) e 7.1 do Acordo de Paris?
4. melhorar a implementação das ações de adaptação para alcançar os objetivos definidos nos Artigos 2.1(b) e 7.1 do Acordo de Paris, levando em conta as comunicações de adaptação mencionadas no parágrafo 10 do Acordo de Paris?
5. Para atingir os objetivos definidos nos Artigos 2.1(b) e 7.1 do Acordo de Paris:
 - a. Quais ações adicionais são necessárias?
 - b. Quais são as barreiras e desafios e como podem ser superados a nível nacional, regional e internacional?
 - c. Quais são as oportunidades, boas práticas, lições aprendidas e histórias de sucesso?

La Meta Global para Adaptación (GGA, por sus siglas en inglés) se estableció en el Acuerdo de París en 2015 como respuesta a los llamamientos de los países en desarrollo de ampliar las acciones en materia de adaptación. Numerosas Partes esperaban que el trabajo derivado del Acuerdo de París ayudara a poner en marcha la GGA, pero el progreso resultó lento hasta la COP26 de 2021, cuando se estableció el programa de trabajo Glasgow-Sharm el-Sheikh (GlaSS) para la GGA. En este documento se describe lo que ocurrió durante los años intermedios y propone cuestiones clave que invitan a reflexionar a las Partes, incluidas, entre otras, cómo aprovechar el GlaSS para mejorar la acción de adaptación a nivel regional, nacional, subnacional y local.

IIED é uma investigação política e de acção organização. Promovemos a sustentabilidade desenvolvimento para melhorar os meios de subsistência e proteger os ambientes sobre os quais estes meios de subsistência são construídos. Somos especializados em na ligação de prioridades locais a globais desafios. O IIED está sediado em Londres e trabalha em África, Ásia, América Latina, o Médio Oriente e Pacífico, com alguns das pessoas mais vulneráveis do mundo. Trabalhamos com eles para reforçar os seus voz nas instâncias de decisão que afectá-los — desde os conselhos de aldeia até convenções internacionais.



International Institute for Environment and Development
Third Floor, 235 High Holborn, London, WC1V 7LE
Tel: +44 (0)20 3463 7399
email: info@iied.org
www.iied.org

Financiado por:

 Foreign, Commonwealth & Development Office



Knowledge
Products